

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA  
DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA  
MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular,

**MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, CEP 30160-912 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.386.169/0001-15, doravante denominada simplesmente **EMISSIONORA**, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social;

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, nomeada nesta Escritura de Emissão como **Agente Fiduciário** e nela interveniente, instituição financeira com sede na Rua Sete de Setembro, 99 – 16º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social como **Agente Fiduciário**, autorizado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominado “Agente Fiduciário”,

**na qualidade de Intervenientes Garantidores - Fiadores:**

**Milton de Araújo**, CPF 000.095.556-68, CI. nº M-93.248 – SSPMG., brasileiro, casado com Consuelo Andrade de Araújo, CPF 035.183.446-09, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG.; **Marco Antônio Andrade de Araújo**, CPF 471.028.376-15, CI. nº M-1.244.298 – SSPMG., casado com Beatriz Lobato Araújo, CPF 491.146.036-91, brasileiro, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG.; **Renato Augusto de Araújo**, CPF 000.136.766-87, CI nº 94.727 – SSPMG., brasileiro, casado com Kátia Regina Machado de Araújo, CPF 436.102.346-87, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG.; **Milton Loureiro**, CPF 000.564.566-20, CI. nº 7.344.004 – SSPSP, brasileiro, casado com Maria Efigênia Matos Loureiro, CPF 000.564.566-20, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG.; **Flávio Batista de Noronha Guarani**, CPF 000.150.756-72, CI. nº M – 192.890 – SSPMG, brasileiro, casado com Huguette Emilienne Françoise Collin de Noronha Guarani, CPF 469.800.836-00, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG.; **Virgílio Horácio de Paiva Abreu**, CPF 006.678.466-20, CI. nº M1.999.541 – SSPMG., brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG.; e,

**na qualidade de Outorgantes Conjugais :**

**Consuelo Andrade de Araújo**, CPF 035.183.446-09, CI. nº M-3.618.101 – SSPMG., brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Belo Horizonte- MG.; **Beatriz Lobato Araújo**, CPF 491.146.036-91, CI. nº M-284.177-2 – SSPMG., brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada em Belo Horizonte- MG.; **Kátia Regina Machado de Araújo**, CPF 436.102.346-87, CI nº M-143.437 – SSPMG., brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada em Belo Horizonte – MG., **Maria Efigênia Matos Loureiro**, CPF 000.564.566-20, CI. nº M-60.778 – SSPMG., brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Belo Horizonte- MG., **Huguette Emilienne Françoise Collin de Noronha Guarani**, CPF 469.800.836-00, CI. nº M-2.089.048 – SSPMG., brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada em Belo Horizonte-MG;

vêm, por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente " Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da **Mercantil do Brasil Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil** ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **I - DA AUTORIZAÇÃO**

A emissão das debêntures de que trata a presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSIONA**, realizada em 11.12.2000 e re-ratificada em 12.01.2001.

## **II. DOS REQUISITOS**

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

As atas das AGE's de 11/12/2000 e 12/01/2001 que deliberaram sobre a presente emissão foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicadas nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e naqueles jornais onde a companhia divulga informações habitualmente, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei 6.404/76.

### **2. REGISTRO DA ESCRITURA:**

A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da **Emissionora**, nos termos do artigo 62, II da Lei 6.404/76.

### **3. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:**

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente " **CVM** ", na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

## **III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

As Debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

### **1 . OBJETO SOCIAL DA EMISSIONA:**

Constitui objeto da Sociedade, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na lei 6.099, de 12.09.74, observadas as disposições legais em vigor.

## **2 . NÚMERO DE ORDEM DA EMISSÃO / SÉRIE :**

O presente instrumento de escritura constitui a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures, em série única.

## **3 . MONTANTE DA EMISSÃO:**

O valor total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

## **4 . DESTINAÇÃO DE RECURSOS:**

Os recursos oriundos da presente emissão de debêntures têm por finalidade a aplicação em operações da Mercantil do Brasil Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil.

## **5 . FORMA DE COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO:**

As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP-Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Durante a fase de distribuição pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não sendo utilizada na oferta a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na **EMISSIONA**.

A colocação das debêntures da presente emissão somente terá início após a concessão do registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e publicação do 2º (segundo) anúncio de início de distribuição.

As debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição serão obrigatoriamente canceladas pela **EMISSIONA**.

## **6 . NEGOCIAÇÃO:**

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

## **7 . CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES:**

A EMISSIONA somente emitirá certificados de debêntures aos debenturistas mediante solicitação, por escrito, os quais serão entregues até o prazo máximo de quinze dias contados a partir da data de solicitação. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Adicionalmente será expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido Sistema, os quais não servirão como comprovantes de titularidade das debêntures.

## **8. BANCO MANDATÁRIO**

**BANCO DO BRASIL S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Edifício Sede 3, SBS, Quadra 4, bloco "C", 24º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 00.000.000/0001-91.

#### **IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **1 . DATA DE EMISSÃO:**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01.01.2001 .

##### **2 . VOLUME TOTAL DA EMISSÃO:**

R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data da emissão.

##### **3 . VALOR NOMINAL:**

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na data da emissão.

##### **4 . QUANTIDADE DE TÍTULOS:**

A emissão será constituída de 10.000 (dez mil) debêntures.

##### **5 . PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:**

As debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, com vencimento em 01 de janeiro de 2004.

##### **6 . FORMA E CONVERTIBILIDADE:**

As debêntures serão de forma nominativa, não endossáveis, **não conversíveis em ações representativas do Capital Social da EMISSORA.**

##### **7 . ESPÉCIE:**

As debêntures serão da espécie **subordinada**, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da **EMISSORA.**

##### **8 . SÉRIE:**

A emissão será feita em **série única.**

##### **9 . REMUNERAÇÃO:**

Às Debêntures desta emissão será conferida Remuneração com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – “Taxa DI” – (over extra grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”. A remuneração será de 106% (cento e seis por cento) da referida Taxa DI calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento mensal, sendo o primeiro pagamento efetuado em 01 de agosto de 2.001, observado o disposto nas alíneas seguintes:

a) **Período de Vigência da Remuneração** é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data de vencimento das debêntures, ou seja, de 01 de janeiro de 2001 até 01 de janeiro de 2004, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura de Emissão;

b) **Período de Capitalização** é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de vencimento da Remuneração. Cada “Período de Capitalização” sucede o anterior sem solução de continuidade;

c) **Sub-período de Capitalização** é o intervalo de tempo contido em cada Período de Capitalização, possuindo duração idêntica ao prazo definido para a Taxa DI apurada.

Assim: o primeiro Sub-período de Capitalização terá início na Data de Emissão das debêntures e término no prazo definido para a Taxa DI apurada; o Sub-período de Capitalização seguinte terá início na data de vencimento do Sub-período de Capitalização anterior e encerramento no prazo definido para a Taxa DI apurada, e assim sucessivamente até cobrir todo o Período de Capitalização;

d) As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal não amortizado das debêntures desde a Data da Emissão, ou data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo vencimento, observado o disposto nos itens seguintes:

9.1 A Remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1], \quad \text{onde:}$$

JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal unitário da debênture na data de emissão ou saldo do valor nominal não amortizado na data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso;

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$  = fator de variação acumulado no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos  $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{dj/252} - 1 \right] \times P_{DI} \right\} + 1, \quad \text{onde:}$$

$f_j$  = fator da Taxa DI, referente ao "Sub-período de Capitalização j";

Taxa  $DI_j$  = Taxa DI, referente ao "Sub-período de Capitalização j", expresso na forma percentual;

$dj$  = número de dias úteis contidos no "Sub-período de Capitalização j", idêntico ao prazo definido para a Taxa  $DI_j$  apurada;

$P_{DI}$  = 106% ( cento e seis por cento).

9.2 A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão.

9.3 A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida e paga mensalmente, sendo os pagamentos efetuados a partir de 01 de agosto de 2001, inclusive, e os demais no primeiro dia de cada mês subsequente até 01 de janeiro de 2004, data de vencimento das debêntures.

9.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado na fórmula de cálculo da remuneração, o fator  $f_j$  obtido com a utilização da última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Sub-período de Capitalização, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da

**EMISSIONA** quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Sub-período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Sub-período de Capitalização, por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a **EMISSIONA**, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão será utilizado, na fórmula de cálculo da remuneração, o fator *fj* obtido com a utilização da última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Sub-período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

#### **10 . REPACTUAÇÃO:**

Não haverá repactuação.

#### **11 . GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA:**

Os Intervenientes Garantidores, **Milton de Araújo**, CPF 000.095.556-68, **Marco Antônio Andrade de Araújo**, CPF 471.028.376-15, **Renato Augusto de Araújo**, CPF 000.136.766-87, **Milton Loureiro**, CPF 000.564.566-20, **Flávio Batista de Noronha Guarani**, CPF 000.150.756-72, e **Virgílio Horácio de Paiva Abreu**, CPF 006.678.466-20, já qualificados no preâmbulo desta Escritura, na qualidade de acionistas controladores do BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., contando, inclusive, com outorga conjugal, concedem a presente fiança, em que obrigam-se, solidariamente, como fiadores e principais pagadores, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos artigos 1491, 1493, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503 e 1504 do Código Civil, 261 e 262 do Código Comercial e artigo 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal de cada uma das Debêntures, acrescido de remuneração e encargos moratórios contratados, se houver, inclusive decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem assim na liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta emissão.

**Parágrafo Primeiro:** Os **Intervenientes Garantidores** declararam ter sido atendidos todos os requisitos legais para a prestação da garantia fidejussória, bem como terem plena capacidade para firmar a presente **Escritura**.

**Parágrafo Segundo:** A outorga desta fiança é de conhecimento pleno dos cônjuges dos acionistas, que independente do regime de bens adotado no casamento de cada acionista, assinam este instrumento manifestando seu expresse consentimento, nos moldes exigidos pelo artigo 235, inciso III, do Código Civil Brasileiro, nada tendo a alegar contra a validade e a eficácia plena daquela garantia fidejussória outorgada.

#### **12 . PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:**

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública.

As debêntures serão subscritas pelo valor nominal, acrescidos dos juros remuneratórios a que fizerem jus, calculados desde a data de emissão até a data de

integralização. A integralização será efetuada à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

### **13 . AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA:**

O valor nominal das Debêntures será amortizado em 30 ( trinta) parcelas mensais e sucessivas, sendo as primeiras 29 parcelas no valor de R\$ 333,33 ( trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) cada, e a 30ª e última parcela no valor de R\$ 333,43 (trezentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), ocorrendo a primeira amortização em 01 de agosto de 2001 e as demais vencendo sempre no dia 1º de cada mês, útil ou não.

### **14 . AQUISIÇÃO FACULTATIVA:**

A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do valor nominal não amortizado, acrescidos de juros remuneratórios, nos termos do item 9, e seus subitens, da Cláusula IV desta Escritura, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55, da Lei 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

### **15 . ENCARGOS MORATÓRIOS:**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta **Escritura**, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### **16. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:**

Sem prejuízo ao disposto no item anterior, "Encargos Moratórios", o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não dará direito àquele ao recebimento de juros remuneratórios ou moratórios relativos ao atraso, do não comparecimento do debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### **17 . LOCAL DO PAGAMENTO:**

Os pagamentos referentes às amortizações do valor nominal e rendimentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, ou por instituição financeira contratada pela **EMISSORA** para esse fim ou, em último caso, na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema.

### **18 . RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:**

A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação no mercado mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal e juros remuneratórios, nos termos do item 9, e seus subitens, da cláusula IV desta Escritura, não

amortizados, devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese, realizado mediante sorteio coordenado pelo **Agente Fiduciário**. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

#### **19 . VENCIMENTO ANTECIPADO:**

O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações

constantes desta **Escritura**, e exigir da **EMISSION** e dos **Intervenientes Garantidores** o imediato pagamento do valor nominal das debêntures, acrescido da remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSION**;
- b) pedido de concordata formulado pela **EMISSION**;
- c) liquidação ou decretação de falência da **EMISSION**;
- d) falta de cumprimento pela **EMISSION** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo **Agente Fiduciário**;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSION** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão;
- f) em caso de cisão, incorporação ou mudança de controle acionário da emissora; e
- g) as debêntures também vencerão antecipadamente, caso ocorra qualquer das hipóteses acima mencionadas com o Banco Mercantil do Brasil S.A., acionista controlador da **EMISSION**.

#### **20 . RESGATE ANTECIPADO:**

Na hipótese de alteração estatutária que represente modificação substancial do objeto social e reorganização societária que venha a culminar na incorporação, fusão ou cisão da **EMISSION**, fica assegurado aos debenturistas, durante o período de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação da 1ª ata da Assembléia Geral de Acionistas, relativa às eventuais operações descritas, o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 231 da Lei 6.404/76, pelo valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações até a data, acrescido da remuneração devida.

#### **21 . PRORROGAÇÃO DE PRAZOS:**

Considerar-se-ão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem quaisquer acréscimos monetários nos valores a serem pagos, os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura, quando o vencimento da mesma coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.



## **22 . PUBLICIDADE:**

Exceto os "Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição", que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão veiculados em forma de aviso nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e naqueles jornais onde a companhia divulga informações habitualmente, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

## **23 . NOTIFICAÇÕES:**

As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta **Escritura**, deverão observar os seguintes endereços:

### **Para a EMISSORA:**

MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL  
Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.  
CEP 30160-912  
Diretor de Relações com Investidores: Sr. Luiz Henrique Andrade de Araújo.  
Tel. ... 31-3239.6088  
Fax: ...31- 32727406  
e-mail : lhenrique.araujo@mercantil.com.br.

### **Para o Agente Fiduciário:**

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA : Rua Sete de Setembro, nº 99 – 16º andar, Rio de Janeiro-RJ.  
CEP 20050-005  
Fone: 021-5071949  
Fax: 021 – 5071773  
Contato: Sr. Carlos Alberto Bacha / Roberta Coelho  
E-mail:pavarini@pavarini.com.br

### **Para os Intervenientes Garantidores:**

O contato com Intervenientes Garantidores será através do Diretor de Relações com Investidores da MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A – ARRENDAMENTO MERCANTIL Sr Luiz Henrique Andrade de Araújo.  
Endereço: Rua Rio de Janeiro, nº 654 – 6º andar, Belo Horizonte – MG.  
CEP 30160-912  
Tel. ... 31-3239.6088  
Fax: ...31-32727406  
e-mail : lhenrique.araujo@mercantil.com.br.

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido por empresa de Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela EMISSORA.

## **V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A **Emissora** está adicionalmente obrigada a:

### **1. Fornecer ao **Agente Fiduciário**:**

a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;

c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas, pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução;

d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada;

**2.** Proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;

**3.** Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do **Agente Fiduciário** (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da **EMISSORA**) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da **EMISSORA**;

**4.** Convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão, caso o **Agente Fiduciário** não o faça;

**5.** Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

**6.** Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

**7.** Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

**8.** Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

**9.** Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

**10.** Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

**11.** Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

**12.** Informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos citados na Cláusula IV-19, acima.

## **VI. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **1. Nomeação:**

A **EMISSORA** nomeia e constitui como **Agente Fiduciário**, para representar a comunhão dos debenturistas perante a **Emissora, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta **Escritura**, a qual declara aceitar a função para a qual foi nomeado e todos os encargos dela decorrentes, previstos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM n.º 28/83.

### **2. Declaração:**

O **Agente Fiduciário** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) sob as penas da lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigos 9º e 10º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;

d) não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções;

e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31.10.1990 do Banco Central do Brasil.

f) preencher os requisitos legais para o exercício do cargo;

g) ter verificado a regularidade da constituição, suficiência e exeqüibilidade da garantia adicional fidejussória das Debêntures, nos termos do inciso IX, do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83.

### **3. Remuneração:**

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a. Uma parcela anual no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devida no primeiro dia útil subsequente ao da obtenção do registro junto à CVM, relativa ao primeiro ano. Para o segundo e terceiro ano, parcelas trimestrais antecipadas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no primeiro dia útil do primeiro trimestre do segundo ano e as demais no primeiro dia útil dos trimestres subsequentes.

b. A remuneração acima será devida até o cancelamento das debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA.

c. As parcelas trimestrais serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M desde a data de emissão até a data de pagamento da primeira parcela trimestral de cada ano.

d. A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **Emissora**, mediante pagamento das respectivas faturas, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídos igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;

e. Os serviços do **Agente Fiduciário** são restritos aos previstos na legislação pertinente;

f. Em caso de inadimplência da **EMISSORA**, todas as despesas com procedimentos legais em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **Agente Fiduciário** na hipótese da **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **Agente Fiduciário** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

g. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão; e

h. As remunerações não serão acrescidas de impostos.

#### **4. Substituição:**

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela

**EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **Agente Fiduciário**.

4.1. Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

4.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do **Agente Fiduciário**, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao **Agente Fiduciário** substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

Este valor a ser pago em caso de substituição do **Agente Fiduciário** será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

4.4. A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no do artigo 4º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

4.5. A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento desta **Escritura**, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

4.6. O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

4.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao **Agente Fiduciário** as normas e preceitos baixados pela CVM.

## **5. Deveres do Agente Fiduciário:**

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSION** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **Emission** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;

h) verificar a regularidade da garantia fidejussória prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

i) intimar a **EMISSION** a reforçar a garantia prestada;

j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas da Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSION**;

k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSION**;

l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSION** deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas a publicação constantes desta escritura;

m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações a que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSION** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSION**;

n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSION**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

n.5) resgate, amortização, conversão, e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela **EMISSORA**;

n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;

n.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

n.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;

n.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**;

n.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;

o) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

o.1) na sede da **EMISSORA**;

o.2) no seu escritório ou quando instituição financeira no local por ela indicado;

o.3) na CVM;

o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

o.5) na instituição financeira que lidera a colocação das Debêntures.

p) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados nos sub-itens do item "o" acima;

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;

r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, ao Banco

Central do Brasil e às Bolsas de Valores onde a **EMISSORA** tiver seus valores admitidos à negociação.

#### **6. Atribuições do Agente Fiduciário:**

O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar a garantia adicional fidejussória concedida pelos fiadores;
- c) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) requerer a falência da **EMISSORA** nos termos do artigo 68, parágrafo 3º , alínea "c" da lei 6.404/76 e artigo 13 da Instrução CVM nº 28; e
- e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**, salvo deliberação em contrário tomada em Assembléia de Debenturistas pela maioria das Debêntures em circulação;

6.1. O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a", "b", "c" e "d" do "caput" desta cláusula se a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do item "e", será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

#### **7. Despesas do Agente Fiduciário:**

A **Emissora** ressarcirá o **Agente Fiduciário** todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.1. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos portadores dos títulos,

7.2. As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.3. O crédito do **Agente Fiduciário** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do "caput" será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



7. 4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

7.5. O **Agente Fiduciário** responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

## **VII. DA NÃO PRESUNÇÃO DE RENÚNCIA DE DIREITOS**

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **VIII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

1. Os titulares das Debêntures de que trata esta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou, ainda, pela CVM.

3. Aplicar-se-á à assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

4. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. O **Agente Fiduciário** deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

6. Nas deliberações da assembléia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas; que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8. Será facultada a presença dos representantes legais da **EMISSORA** nas assembléias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato.

9. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas as Debêntures que a **EMISSORA** possuir em carteira.

## **IX. DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2001.

---

<b>Nome:</b>	<b>Nome:</b>
<b>Cargo :</b>	<b>Cargo:</b>
<b>MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A. –</b>	<b>ARRENDAMENTO MERCANTIL</b>

---

---

<b>Nome</b>	<b>Nome</b>
<b>Cargo</b>	<b>Cargo</b>
<b>PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b>	

---

**- F I A D O R E S -**

---

<b>Nome: Milton de Araújo</b>
<b>CPF : 000.095.556-68</b>

---

---

<b>Nome : Milton Loureiro</b>
<b>CPF : 000.564.566-20</b>

---

---

<b>Nome: Marco Antônio Andrade de Araújo</b>
<b>CPF : 471.028.376-15</b>

---

---

<b>Nome: Flávio Batista de Noronha Guarani</b>
<b>CPF : 000.150.756-72</b>

---

---

<b>Nome: Renato Augusto de Araújo</b>
<b>CPF : 000.136.766-87</b>

---

---

<b>Nome: Virgílio Horácio de Paiva Abreu</b>
<b>CPF : 006.678.466-20</b>

---

**OUTORGA UXÓRIA**

---

<b>Nome: Consuelo Andrade de Araújo</b>
<b>CPF : 035.183.446-09</b>

---

---

<b>Nome: Maria Efigênia Matos Loureiro</b>
<b>CPF : 000.564.566-20</b>

---

---

<b>Nome: Beatriz Lobato Araújo</b>
<b>CPF : 491.146.036-91</b>

---

---

<b>Nome: Huguette Emilienne Françoise Collin de Noronha Guarani</b>
<b>CPF : 469.800.836-00</b>

---

---

**Nome: Kátia Regina Machado de Araújo**  
**CPF : 436.102.346-87**

**TESTEMUNHAS**

---

**Nome: Marco Aurélio de Vasconcelos**  
**Cançado**  
**CPF : 137.837.506-87**

---

**Nome: Fernando Alfredo Burle**  
**Drummond**  
**CPF: 080.982.476-00**

**(Esta é a última folha integrante do "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie subordinada, da MERCANTIL DO BRASIL LEASING S.A. ARREDAMENTO MERCANTIL").**